

SWIPEANDO O ESTIGMA: ALGORITMOS, INTERSECCIONALIDADES, SEXUALIDADES DISSIDENTES E A EPISTEMOPOLÍTICA DO HIV NOS APLICATIVOS DE ENCONTROS

RESUMO

O objetivo deste ensaio é discutir criticamente os aplicativos de encontros, notadamente Grindr, Hornet e Tinder, como dispositivos tecnopolíticos de governo da sexualidade, que regulam o desejo, silenciam saberes dissidentes e atualizam estigmas sorológicos sob a estética da autonomia. Nossa premissa é que esses aplicativos, entre os quais Grindr, Hornet, Tinder e Scruff, assumem papel central na mediação contemporânea dos vínculos afetivo-sexuais, sobretudo entre pessoas LGBTQIAP+. Entretanto, embora sejam apresentados como espaços de liberdade e diversidade, operam, de fato, como dispositivos algorítmicos que codificam o desejo, hierarquizam os corpos e silenciam dissidências. Ainda assim, esses dispositivos também são tensionados por práticas de resistência e reexistência, como a criação de perfis que afirmam explicitamente a soropositividade indetectável como estratégia de visibilidade positiva.

Palavras-chave: Soropositividade. Plataformas digitais. Interseccionalidade. Exclusão. Resistência.

ABSTRACT

This essay critically examines dating apps, including Grindr, Hornet, Tinder, and Scruff, as technopolitical devices that govern sexuality by regulating desire, silencing dissenting knowledges, and perpetuating serological stigma under the guise of autonomy. These platforms occupy a central role in mediating contemporary affective and sexual relationships, particularly within LGBTQIAP+ communities. Despite promoting freedom and diversity, they function primarily as algorithmic structures that codify desire, reinforce bodily hierarchies, and suppress dissent. Nevertheless, such platforms are also sites for resistance, exemplified by profiles that explicitly assert undetectable seropositivity, fostering positive visibility.

Keywords: Seropositivity. Digital platforms. Intersectionality. Exclusion. Resistance.

Ana Beatriz Pereira Reis

Doutoranda em Administração (Universidade Federal de Uberlândia). ORCID: 0000-0002-5360-8007.
E-mail: anapereirareis@outlook.com

Cíntia Rodrigues de Oliveira

Doutora em Administração (EAESP/FGV). Professora Associada (Universidade Federal de Uberlândia).
ORCID: 0000-0001-7999-9002. E-mail: cintia@ufu.br

Introdução

Desde os anos 1980, a epidemia de HIV/AIDS tem mobilizado discursos biomédicos, práticas de controle, políticas públicas e narrativas sociais fortemente marcadas por estigmas, medos e exclusões (TREICHLER, 1999; PARKER, 1994). Mesmo com os avanços terapêuticos e preventivos — como a terapia antirretroviral (TARV), que possibilita a supressão viral; a profilaxia pré-exposição (PrEP), que reduz drasticamente o risco de infecção em parcerias sexuais; e a campanha *U=U* (*Undetectable = Untransmittable*), que afirma que pessoas vivendo com HIV indetectável não transmitem o vírus, o estigma em torno da soropositividade persiste atualizado em roupagens higienistas que se manifestam também no ambiente digital e estético das plataformas digitais (PARKER, 1994; LOGIE et al., 2011). Vivemos um tempo em que o vírus pode ser indetectável, mas a exclusão continua visível (AHMED, 2004; BUTLER, 2004). O corpo soropositivo, especialmente quando atravessado por marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade, permanece como corpo gerido, regulado e recusado (PARKER; AGGLETON, 2003).

Os aplicativos de encontros, como Grindr, Hornet e Tinder, embora agrupados na mesma categoria, possuem usos e lógicas distintas - o Grindr, voltado principalmente para homens gays e bissexuais, privilegia geolocalização e perfis rápidos; o Hornet se apresenta como mais comunitário e informativo, articulando notícias e ativismo; já o Tinder ganhou amplitude global e funciona com base no *swipe* (deslizar a tela) para direções opostas, difundindo-se como ícone da gamificação do desejo, e, essas diferenças podem impactar diretamente a forma como corpos e afetos circulam (GUDELUNAS, 2012; MISKOLCI, 2017).

Nesse contexto, os aplicativos de encontro — como Grindr, Hornet, Tinder e Scruff — assumem papel central na mediação contemporânea dos vínculos afetivo-sexuais, sobretudo entre pessoas LGBTQIAP+ (MISKOLCI, 2017). Frequentemente apresentados como espaços de liberdade e diversidade, esses apps operam, de fato, como dispositivos algorítmicos que codificam o desejo, hierarquizam os corpos e silenciam dissidências (BENJAMIN, 2019; GILLESPIE, 2018). Por “algoritmo”, compreendemos o conjunto de instruções matemáticas pré-programadas que organiza, classifica e prioriza os perfis, determinando quem aparece na tela de cada usuário, em que ordem e com que frequência — um processo que, longe de neutro, traduz preconceitos sociais em regras técnicas de visibilidade (NOBLE, 2018; SEEVER, 2017). Se faz necessário ressaltar que este ensaio não generaliza todos os apps de encontro, mas entendemos que há um padrão em alguns dos citados, e outros que compartilham da mesma estrutura algorítmica, que se encaixam com a esta análise.

Frases em perfis e usadas para limitar as interações como “negativo com laudo”, “só ativos”, “sem afeminados”, “não gordos” ou “sem trans” não são exceções: são práticas rotineiras que reiteram o governo moral da sexualidade sob a forma da escolha individual (RACE, 2018). Como afirmam Ruha Benjamin e Safiya Noble, os algoritmos não apenas reproduzem preconceitos estruturais — eles os automatizam e os

legitimam em interfaces amigáveis (NOBLE, 2018; BENJAMIN, 2019). Esses aplicativos podem ser entendidos tanto como reprodutores de normatividades já existentes quanto como produtores de novas formas de regulação algorítmica que intensificam hierarquias afetivas (BUTLER, 2004; GILLESPIE, 2018). Ainda que corpos dissidentes sejam marginalizados, isso não significa exclusão total. Porém, é importante ressaltar que existem perfis que buscam corpos trans, gordos ou soropositivos indetectáveis, embora sejam posicionados em hierarquias inferiores no algoritmo de busca e aceite do usuário (CALLANDER et al., 2016).

A produção algorítmica do desejo, contudo, não é neutra nem inevitável. A partir dos aportes de Michel Foucault (1976) sobre o biopoder e de Achille Mbembe (2011) sobre a necropolítica, é possível compreender os aplicativos como ambientes em que se decide quem pode aparecer, ser desejado ou ser rejeitado. Essa dinâmica não é inédita: como já apontava Goffman (1963), o estigma funciona como mecanismo de desvalorização social que retira reconhecimento de determinados grupos. No campo do HIV/AIDS, Link e Phelan (2001) e Herek (1999) demonstram que o estigma não se limita a experiências individuais de preconceito, mas estrutura relações sociais e institucionais, produzindo exclusão sistemática. Nos aplicativos de encontro, tais processos são intensificados: como argumenta Judith Butler (1990; 2004), a repetição de normas performativas produz corpos viáveis e inviáveis — e essa repetição se atualiza no gesto banal de deslizar a tela, em silêncio, milhares de vezes por dia. Os algoritmos aprendem com essas recusas e reencenam as hierarquias de desejo, apresentando-as sob o disfarce da eficiência digital.

Contudo, se os algoritmos governam, também é possível tensioná-los. Este ensaio propõe olhar para os corpos dissidentes como produtores de saberes e além de vítimas do silenciamento algorítmico. Entende-se que a experiência de viver com HIV, de habitar a não normatividade e de existir nos interstícios da plataforma constitui também uma epistemologia política e encarnada (COLLINS, 2019; HARAWAY, 1991). O saber soropositivo, trans, racializado, periférico e dissidente não é apenas válido: é essencial para desestabilizar as estruturas de poder que governam o prazer, o risco e a visibilidade.

Este ensaio teórico-crítico concentra-se não apenas na sorofobia, mas, também, na forma como os afetos são racializados nas interações mediadas por aplicativos de encontro. Estudos apontam que a racialização dos afetos está presente em discursos que hierarquizam desejos por meio de marcadores raciais, reproduzindo estigmas coloniais no campo da sexualidade digital (Miskolci, 2017; Collins, 2019). Parte-se, então, da seguinte problematização: De que maneira os aplicativos de encontro, ao operarem por meio de lógicas algorítmicas de classificação e visibilidade, reconfiguram as experiências afetivo-sexuais, regulando sexualidades dissidentes, produzindo normatividades e exclusões algorítmicas, especialmente sobre pessoas vivendo com HIV?

Este ensaio tem como objetivo discutir criticamente os aplicativos de encontro — notadamente Grindr, Hornet e Tinder — como dispositivos tecnopolíticos de governo da sexualidade, que regulam o desejo, silenciam saberes dissidentes e atualizam

estigmas sorológicos sob a estética da autonomia. Nossa análise se apoia na premissa de que, embora reforcem exclusões algorítmicas e hierarquias de desejabilidade, esses aplicativos também são tensionados por práticas de resistência e reexistência que produzem contravisibilidades e novas formas de relação.

Embora operem sob lógicas de exclusão simbólica e invisibilização, os apps também são tensionados por práticas de resistência, dissenso e reexistência que desafiam a lógica higienista e tecnocrática do desejo. A abordagem do ensaio se ancora em um referencial interseccional e pós-estruturalista, reunindo Foucault, Butler, Preciado, Ahmed, Benjamin, Zanello e Berlant, entre outros, compondo uma análise situada e crítica da sexualidade digital (FOUCAULT, 1976; BUTLER, 2004; PRECIADO, 2010; AHMED, 2004; BENJAMIN, 2019; ZANELLO, 2020; BERLANT, 2011).

Ao abordar as mediações algorítmicas do desejo e do estigma nos aplicativos de encontro, este ensaio parte de uma perspectiva interseccional, entendendo que as experiências das sexualidades dissidentes são atravessadas simultaneamente por dimensões de raça, gênero, classe e corporalidade. A noção de interseccionalidade, formulada por Crenshaw (1989) e aprofundada por Collins (2019), oferece uma lente analítica fundamental para compreender como diferentes eixos de opressão se articulam na produção de desigualdades e exclusões. No contexto digital, essa abordagem permite questionar os modos pelos quais os algoritmos codificam e reproduzem hierarquias sociais sob a aparência de neutralidade técnica. Assim, mais do que examinar o HIV como marcador isolado de estigma, propõe-se discutir como ele se entrelaça a outras formas de marginalização, revelando as camadas complexas de poder que moldam a visibilidade e o reconhecimento de corpos e identidades LGBTQIAP+ nas plataformas de encontro.

Metodologicamente, adota-se o formato de ensaio teórico-crítico, no qual a escrita é mobilizada como método de investigação (RICHARDSON, 1994) e a crítica situada como prática epistemológica (HARAWAY, 1988), de modo a tensionar as condições históricas e relacionais de produção do conhecimento. A análise parte da observação sistemática de padrões discursivos e comportamentais em aplicativos de encontro e é orientada por uma articulação entre teoria queer, tecnopolítica, biopolítica e epistemologias feministas. Ao trazer a vivência como categoria analítica, o texto busca desprogramar a linguagem da neutralidade algorítmica e reinscrever o HIV e as ISTs no campo da disputa simbólica e epistêmica.

Diante do avanço do tecnossolucionismo biomédico — entendido como a crença de que soluções técnicas e médicas seriam suficientes para enfrentar problemas sociais complexos (Morozov, 2013) —, da colonialidade algorítmica — a reprodução digital de padrões coloniais que hierarquizam corpos e desejos por meio de sistemas de classificação programados em sua maioria pelo Norte-Global branco e masculino (Benjamin, 2019) — e da persistência da sorofobia digital — formas de discriminação contra pessoas vivendo com HIV mediadas por interfaces tecnológicas (Parker & Aggleton, 2003) —, digital. Esta pesquisa se justifica por construir uma leitura interseccional e crítica da sexualidade em tempos de hiperconectividade. Sua relevância acadêmica reside na articulação de campos até hoje pouco conectados — saúde,

algoritmos e teoria crítica — e sua contribuição política está em reconhecer os saberes dissidentes como fundamentos para políticas públicas de cuidado mais justas. Ao dialogar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) — o texto reforça o compromisso com uma ciência que enfrente o estigma e amplifique vozes silenciadas por estruturas de poder.

Este artigo é um convite a deslocar o olhar para mirar justamente no local em que os algoritmos evitam iluminar: nos corpos que tentam apagar, nas vozes que não indexam, nos desejos que não conseguem computar. Ao afirmar os saberes encarnados e localizados como formas legítimas de produção de conhecimento, este trabalho se inscreve no campo dos estudos feministas e anticoloniais, que reconhecem na experiência situada não apenas uma fonte de teoria, mas um instrumento de transformação social (COLLINS, 2019; HARAWAY, 1991). Ao trazer à superfície os gestos cotidianos que resistem ao apagamento e as práticas dissidentes que reexistem nas brechas do *swipe* (gesto de deslizar a tela para a direita (interesse) ou para a esquerda (recusa) — como principal forma de interação nos aplicativos de encontro. Mais do que uma funcionalidade técnica, esse gesto sintetiza a gamificação do desejo, transformando escolhas afetivas e sexuais em um movimento binário e rápido (David & Cambre, 2016), o texto propõe uma fabulação crítica contra a exclusão algorítmica — e uma reafirmação radical do direito de existir, desejar e saber, mesmo quando se habita as margens da norma.

Algoritmos e sexualidade como tecnologias de governo

A emergência dos aplicativos de encontro como mediadores da vida afetivo-sexual contemporânea não pode ser compreendida somente como um fenômeno técnico ou comunicacional, mas como parte de uma infraestrutura sociotécnica de governo da visibilidade e do desejo (GILLESPIE, 2018; BUCHER, 2018; VAN DIJCK, 2013). Esses ambientes digitais constituem verdadeiras tecnologias de governo, nos termos de Michel Foucault (1976), operando sobre os corpos e os desejos através da codificação de preferências, da normatização da performance e da exclusão dos indesejáveis. A sexualidade, longe de ser uma esfera privada, torna-se um campo de controle social intensificado por interfaces que organizam quem pode ser visto, desejado, aceito ou bloqueado. Trata-se de uma reatualização do que Foucault (1984) chamou de “microfísica do poder”, agora operando de forma algorítmica, invisível e automatizada.

Nesse contexto, os algoritmos não se limitam a refletir escolhas individuais, mas aprendem com os comportamentos dominantes e os reproduzem como padrão, consolidando estruturas sociais de exclusão. Como argumenta Ruha Benjamin (2019), os sistemas de inteligência artificial e plataformas digitais operam sobre bases históricas de desigualdade racial, de classe e de gênero, o que ela denomina

de “racismo reticulado” — uma forma de discriminação incorporada aos sistemas tecnológicos. A produção do desejo nesses aplicativos, portanto, é orientada por filtros que privilegiam corpos brancos, cis, magros, masculinizados e soronegativos, gerando o que Safiya Noble (2018) identificou como “viés algorítmico”, ou seja, uma reprodução automatizada de estigmas estruturais.

O conceito de farmacopornopolítica proposto por Paul B. Preciado (2008) também contribui para compreender os aplicativos como dispositivos que operam na intersecção entre controle biopolítico e prazer. Segundo o autor, vivemos sob um regime em que a gestão do corpo e da sexualidade é realizada por meio de tecnologias que integram saberes médicos, dispositivos midiáticos e formas de vigilância subjetiva. Alguns apps de encontro, nesse sentido, produzem um “mercado sexual de dados” em que o risco, o prazer e a soropositividade são quantificados, categorizados e transformados em elementos de escolha — uma escolha que é, paradoxalmente, estruturada por mecanismos de exclusão e vigilância.

A sexualidade como tecnologia de governo também pode ser pensada à luz das contribuições de Teresa de Lauretis (1994), para quem a sexualidade é uma construção discursiva e institucional, produzida por práticas de repetição e regulação. Nos aplicativos, essa construção é atualizada por meio de performances digitais do eu — imagens, descrições, preferências — que são sistematicamente avaliadas, aceitas ou rejeitadas. Assim, o algoritmo funciona como mediador da performatividade desejável: daquilo que se deseja, mas também o modo como se apresenta o próprio desejo. Judith Butler (1990; 2004), ao discutir a performatividade de gênero, já havia alertado para os mecanismos de poder que instituem normas sobre o que pode ser reconhecido como sujeito viável. Nos aplicativos a que se limita este ensaio, a visibilidade é profundamente hierarquizada: aqueles que se encaixam nos padrões algorítmicos de desejabilidade tendem a aparecer em posições privilegiadas, enquanto corpos dissidentes muitas vezes circulam em condições subalternas de reconhecimento. Ainda assim, é importante destacar que tais hierarquias não significam invisibilidade absoluta — há perfis e interações que buscam explicitamente pessoas trans, gordas ou soropositivas, revelando uma linha tênue entre exclusão e possibilidade de existir (CALLANDER; HOLT; NEWMAN, 2016; MILLER, 2015; RACE, 2018).

Em suma, esses aplicativos de encontro operam como aparatos de governo que produzem subjetividades sexuadas, racializadas e hierarquizadas. Ao transformarem o desejo em dado e o corpo em interface, essas plataformas reconfiguram o campo da sexualidade como território de controle e exclusão. Como apontam Taina Bucher (2018) e Tarleton Gillespie (2018), os algoritmos não são neutros, mas dispositivos sociotécnicos que participam da organização do mundo. Nesse caso, organizam também o que pode ser considerado sexualmente legítimo, afetivamente aceitável e socialmente visível.

Performatividade digital e exclusão simbólica: o *swipe* como gesto político

Nos aplicativos de encontro, o gesto de deslizar a imagem de um perfil para a direita ou para a esquerda — conhecido como *swipe* — se tornou uma prática cotidiana de interação digital. Introduzido como uma inovação na interface do Tinder, em 2012, o *swipe* permite ao usuário indicar interesse (à direita) ou desinteresse (à esquerda) por outro perfil, compondo assim um jogo de compatibilidades rápidas e contínuas (GILL, 2016). Essa funcionalidade, aparentemente simples e lúdica, oculta uma complexa lógica de avaliação simbólica e de produção algorítmica do desejo, na qual corpos são aceitos ou rejeitados com base em categorias normativas que estruturam o que pode ser considerado desejável, legítimo ou descartável. Ao automatizar decisões relacionais em tempo real, o *swipe* se transforma em um ato de reconhecimento ou de negação, cujos efeitos extrapolam a interface e alcançam a constituição subjetiva dos usuários.

Nesse sentido, o *swipe* não é apenas um gesto técnico ou funcional. Ele atua como um ato performativo, no sentido dado por Judith Butler (1990), isto é, um ato que constitui aquilo que enuncia. Ao deslizar o dedo pela tela, o sujeito não apenas expressa uma preferência, mas reforça normas sociais sobre o que deve ser desejado e o que deve ser excluído, revelando como os afetos se articulam à norma (BUTLER, 2004; AHMED, 2004; ZANELLO, 2020). Os aplicativos tornam-se, assim, arenas simbólicas de produção e repetição de performances hegemônicas de gênero, raça, corpo e sorologia. Tais performances são moldadas por estruturas algorítmicas que ensinam a desejar corpos específicos — brancos, magros, cis, masculinizados, soronegativos — e a rejeitar outros, invisibilizando sexualidades dissidentes sob o manto da “preferência pessoal” (NOBLE, 2018; AHMED, 2004).

A exclusão, portanto, não se limita à ausência de um “*match*” — entendido como o momento em que dois perfis manifestam interesse mútuo e a plataforma libera a possibilidade de interação (David & Cambre, 2016) —, mas é inscrita como uma prática sistemática de negação de reconhecimento. Essa dinâmica remete ao conceito de “desumanização simbólica” de Butler (2004), no qual certos sujeitos são impedidos de ocupar o lugar de quem pode ser desejado, cuidado ou incluído. Como argumenta Valeska Zanello (2020), os afetos como vergonha, medo, rejeição e ansiedade são distribuídos de forma generificada e racializada, e, nos apps, são intensificados pela lógica algorítmica que transforma a recusa repetida em experiência subjetiva de abjeção.

Essa produção contínua de exclusão é também estética e performática. Inspirando-se em Erving Goffman (1967), pode-se dizer que os aplicativos operam como palcos nos quais os sujeitos encenam versões de si mesmos em busca de aceitação. A construção dos perfis — fotos, biografias, emojis, “preferências” — constitui uma curadoria da própria desejabilidade, orientada pelos códigos dominantes do ambiente digital. Como propõe Paul B. Preciado (2008), esses processos de autorregulação dos corpos e do desejo se inscrevem no regime farmacopornográfico, em que prazer, risco

e identidade são mercantilizadas e mediados por tecnologias que articulam controle médico, visualidade midiática e governança neoliberal.

Ao mesmo tempo, esses gestos cotidianos estão inseridos em uma economia afetiva (Ahmed, 2004), em que determinados corpos circulam com maior valor simbólico que outros. Expressões como “só higiênico”, “ativo com local”, “negativo com laudo” ou “sem afeminados” revelam um vocabulário afetivo que hierarquiza corpos e sexualidades, atribuindo-lhes graus de aceitação. Esses marcadores, embora normalizados na linguagem dos aplicativos, operam como dispositivos de estigmatização. Pesquisas indicam, por exemplo, que homens negros e asiáticos frequentemente relatam exclusão ou fetichização em perfis de apps (Callander, Holt, & Newman, 2016); pessoas trans enfrentam rejeições explícitas associadas à transfobia digital (Miller, 2015); e corpos gordos são sistematicamente marginalizados em contextos de namoro online, aparecendo como “menos desejáveis” nos algoritmos de recomendação (Rodgers, 2016). Em paralelo, pessoas vivendo com HIV seguem associadas a discursos de risco e recusa, mesmo em tempos de supressão viral (Treichler, 1999).

O *swipe*, mais do que uma escolha individual, constitui um ritual algorítmico de exclusão simbólica, em que os corpos são performados, avaliados e descartados a partir de filtros estéticos e epidemiológicos. Como destaca Achille Mbembe (2011), em regimes necropolíticos, certos corpos são autorizados a viver enquanto outros são relegados ao desaparecimento social. Nos aplicativos, esse desaparecimento se opera pela não visibilidade, pela não resposta, pela repetição silenciosa do “não”. A recusa, nesse contexto, é tão política quanto o desejo: ela produz sujeitos não reconhecíveis, não tocáveis, não vivíveis — e, portanto, descartáveis.

Biopoder e necropolítica nos aplicativos: o risco como critério de exclusão

O campo da saúde sempre esteve entrelaçado a mecanismos de controle dos corpos, da sexualidade e da vida. Michel Foucault (1976) denominou de biopoder o conjunto de técnicas e saberes que, a partir do século XVIII, passou a governar a vida através da normatização da reprodução, da regulação da sexualidade e da vigilância dos corpos. No contexto contemporâneo, o biopoder assume formas tecnológicas e individualizadas: é o corpo que se autocontrola, que se autovigia, que se calcula em termos de risco. Nos aplicativos de encontro, essa racionalidade biopolítica é atualizada pelo dispositivo algorítmico, que transforma o desejo em uma equação de compatibilidade, segurança e higienização. O HIV, nesse regime, continua sendo um marcador de risco — não mais apenas biológico, mas simbólico, afetivo e relacional (PRECIADO, 2008; ROSE, 2007).

Se na biopolítica o foco era “fazer viver”, como sintetiza Foucault (1984), na necropolítica, conforme propõe Achille Mbembe (2011), o poder se exerce por meio da decisão sobre quem pode viver e quem deve morrer. Essa forma de soberania, típica de contextos coloniais e racistas, se manifesta hoje em práticas sociais e tecnológicas que definem quais vidas são dignas de visibilidade, cuidado, desejo e presença — e quais são silenciadas, descartadas, bloqueadas. Nos aplicativos, esse controle não se dá mais por políticas públicas excludentes, mas por interfaces que naturalizam a

recusa, algoritmos que reforçam o apagamento e filtros que mascaram o abandono como preferência (BENJAMIN, 2019; NOBLE, 2018; MCCABE, 2020).

A soropositividade, a identidade trans, a negritude e a dissidência de gênero operam como marcas de exclusão, não por imposição direta, mas por programação invisível (BENJAMIN, 2019; NOBLE, 2018). Como lembram Parker e Aggleton (2002), o estigma ligado ao HIV está profundamente enraizado em estruturas sociais, culturais e políticas, funcionando como dispositivo de regulação e disciplinamento dos corpos dissidentes.

Essa lógica transforma o risco em critério relacional. Como observa Nikolas Rose (2007), o governo da vida contemporâneo se dá por meio da antecipação do perigo e da responsabilização dos sujeitos. Assim, os perfis nos aplicativos são marcados por enunciados como “negativo com comprovante”, “só indetectáveis”, “limpo e discreto” — que além de reforçar o estigma do HIV, geram uma cultura da soroprevalência performada, em que é preciso constantemente provar que se é seguro, saudável, desejável. Trata-se de uma forma de vigilância consensual que, como nota Preciado (2008), integra as tecnologias de testagem, os discursos médicos e os algoritmos de preferência para compor uma nova forma de subjetividade hipervigiada.

Essa vigilância digital se articula também com o que Haraway (1991) chamou de “acoplamento cibernético”, no qual corpo e máquina se fundem em uma mesma ecologia de controle. Nos aplicativos, o corpo torna-se interface e o desejo é mediado por códigos que funcionam como normas de exclusão. A subjetividade, nesse regime, é continuamente produzida como cálculo de risco, reforçando a ideia de que o sexo, o afeto e a identidade só são legítimos quando se alinham à lógica da previsibilidade, da assepsia e da transparência.

Dessa forma, os aplicativos além de reproduzirem os estigmas relacionados ao HIV e às ISTs — eles os reconfiguram sob a gramática neoliberal da escolha pessoal e da responsabilidade individual. Ao codificar o risco como critério técnico e afetivo, essas plataformas atualizam a necropolítica como forma de gestão relacional: o indesejável é deixado à margem, o soropositivo é ignorado, o corpo dissidente é bloqueado. E esse bloqueio, mais do que gesto individual, é a atualização cotidiana de uma lógica histórica de exclusão sexual e epistemológica. Como lembra Treichler (1999), a AIDS não é apenas uma doença, mas um campo discursivo carregado de sentidos morais — e, nas plataformas digitais, esses sentidos são reaprendidos, reencenados e operacionalizados como dado.

Essa naturalização da exclusão, mediada por tecnologias digitais, reforça o que Donna Haraway (1991) chamou de “mito da objetividade”, segundo o qual os sistemas tecnológicos seriam neutros, universais e racionais. Ao contrário, como demonstram Wendy Chun (2016) e Taina Bucher (2018), os algoritmos são sistemas de codificação social que aprendem com padrões históricos de desigualdade e os transformam em critérios automatizados de visibilidade, afeto e reconhecimento.

Nos aplicativos de encontro, isso se traduz em práticas documentadas: até 2020, o Grindr mantinha filtros que permitiam selecionar usuários por “raça/etnia”, posteriormente removidos após denúncias de discriminação (MCCABE, 2020); estudos

mostram que homens negros e asiáticos relatam exclusão ou fetichização em perfis de apps (CALLANDER; HOLT; NEWMAN, 2016); e pesquisas sobre pessoas trans em plataformas digitais evidenciam a recorrência de rejeições explícitas associadas à transfobia (MILLER, 2015).

Nesses contextos, a exclusão de pessoas vivendo com HIV, de sujeitos trans, de corpos racializados ou fora do padrão normativo não é apenas o resultado de escolhas individuais, mas uma lógica estruturante da própria arquitetura da plataforma. Trata-se de um poder que não proíbe, mas deixa de mostrar; que não censura, mas oculta por saturação; que não criminaliza, mas relega ao silêncio por incompatibilidade programada. A necropolítica algorítmica, nesse cenário, se realiza não pelo extermínio direto, mas pela invisibilidade sistemática — uma forma de morte simbólica que, repetida, produz efeitos subjetivos devastadores em termos de autoestima, saúde mental e pertencimento (ZANELLO, 2020; BERLANT, 2011; AHMED, 2004).

Nesse regime, viver com HIV não é apenas administrar uma condição clínica, mas enfrentar uma infraestrutura digital que frequentemente rebaixa esses corpos a posições de menor valor simbólico — como se merecessem menos desejo, menos toque, menos reconhecimento. Essa precarização da visibilidade, embora não configure exclusão absoluta, produz efeitos subjetivos devastadores em termos de autoestima, saúde mental e pertencimento (BERLANT, 2011; AHMED, 2004; RACE, 2018).

Resistências, contravisibilidades e possibilidades de subversão digital

Em regimes de governança algorítmica, a resistência não se apresenta apenas como negação externa ao sistema, mas como micropolíticas de fissura que emergem dentro e contra os próprios dispositivos. Como argumenta Judith Butler (1997), o poder que constitui também é o mesmo que permite subversão: a norma não é total, pois depende de repetição, e toda repetição abre espaço para deslocamentos. No contexto dos aplicativos de encontro, isso significa reconhecer que, mesmo em ambientes digitais organizados para reforçar hierarquias de desejo e exclusão, surgem práticas que desafiam, tensionam e reexistem à margem da performatividade dominante. Inspirando-se em Haraway (1991) e na noção de tecnopolítica proposta por Benjamin (2019), este ensaio considera que a resistência pode habitar as interfaces — e que, por vezes, a simples presença de um corpo dissidente no campo do visível já é uma forma de insubmissão ao apagamento.

Essa dimensão política das plataformas se relaciona com o que Michel de Certeau (1980) define como “táticas do cotidiano” — ações improvisadas, locais, efêmeras, que não derrubam o sistema, mas o desgastam desde dentro. Perfis que se apresentam como pessoas vivendo com HIV, que se recusam a esconder sua identidade trans ou racializada, que denunciam a gordofobia ou a sorofobia de outros usuários, constituem atos de ruptura simbólica em espaços projetados para invisibilizá-los. Esse tipo de prática performativa — ainda que individual — desestabiliza a lógica

algorítmica de padronização do desejo e opera como o que Rancière (2009) chama de dissenso: uma reconfiguração do sensível que desloca quem pode aparecer, ser ouvido ou ser desejado.

A insurgência contra a sorofobia e as exclusões digitais se expressa em redes de apoio afetivo e iniciativas coletivas de ativismo digital. Campanhas como *Undetectable = Untransmittable (U=U)* — promovida pela Prevention Access Campaign desde 2016, que conscientiza que pessoas vivendo com HIV em tratamento, com carga viral indetectável, não transmitem o vírus por via sexual — reposicionam o HIV como campo político e combatem o estigma com informação acessível. Essas ações, ao lado da produção de conteúdos por coletivos LGBTQIAP+ sobre prevenção, visibilidade e acolhimento, alinham-se ao que Sara Ahmed (2004) define como “política dos afetos”: estratégias que mobilizam dor, vergonha e medo como forças coletivas de articulação, capazes de gerar contracondutas e imaginários dissidentes (PARKER, 2000; DANIEL, 1992; JOAQUIM, 2024; PREVENTION ACCESS CAMPAIGN, 2016).

No Brasil, mobilizações digitais como *#SoropositivoComOrgulho* e a atuação de coletivos como o Amem — rede de homens trans e pessoas transmasculinas — produzem contravisibilidades ao criar guias de enfrentamento e narrativas afirmativas que circulam dentro e fora dos aplicativos (AMEM, 2019; UNAIDS, 2020). Outras iniciativas, como o *Grindr for Equality*, ao promover ações de direitos humanos e campanhas educativas dentro do próprio aplicativo, demonstram que as plataformas, mesmo marcadas por lógicas de exclusão, podem ser tensionadas politicamente e transformadas em arenas de educação e acolhimento.

Além disso, hashtags como *#TravestiResiste*, *#TransMenAreMen* e campanhas feministas como *Não é Não!* funcionam como dispositivos de afirmação identitária e de enfrentamento público contra transfobia, misoginia e gordofobia (PEREIRA, 2019; JOAQUIM, 2024). Esses gestos, ainda que permeados pelo risco de cooptação corporativa, evidenciam que a resistência não é apenas sobrevivência, mas produção ativa de saberes e reconfiguração das sensibilidades digitais. Como observam Benjamin (2019) e Zanello (2020), a contravisibilidade nesses espaços reafirma a potência política dos corpos dissidentes, deslocando-os da invisibilidade para a centralidade crítica.

Essa resistência não se limita a práticas discursivas, mas se estende à reconfiguração do próprio uso das plataformas, deslocando sua função prescritiva. Como propõem autoras decoloniais como Albán (2016) e Verónica Gago (2020), a reexistência é uma forma de insurreição cotidiana: ela inventa outros usos da linguagem, outras formas de estar junto, outras economias do corpo e do prazer. Em termos tecnopolíticos, isso significa ressignificar o algoritmo com pequenas desobediências — buscar encontros afetivos fora da lógica do *swipe*, transformar o “sobre mim” em denúncia, deslocar o corpo performado como mercadoria e expor a dor como narrativa política (PRECIADO, 2010; ZANELLO, 2020).

Ainda assim, é necessário reconhecer que a resistência convive com o risco da cooptação. Como alerta Lauren Berlant (2011), o capitalismo afetivo tem grande capacidade de absorver os afetos dissidentes e reformatá-los em produtos consumíveis. Perfis soropositivos podem ser erotizados como fetiche exótico — estudos etnográficos

mostram como a soropositividade, em alguns aplicativos, é convertida em nicho de desejo marginalizado (BONILLA; ROSARIO, 2020) —, campanhas de diversidade podem ser instrumentalizadas por marcas que exploram a estética queer sem alterar práticas discriminatórias (PEREIRA, 2019), e a linguagem da inclusão pode se tornar fachada para novas formas de exclusão.

Ruha Benjamin (2019) chama isso de “inclusão discriminatória”: quando o sistema abre espaço para sujeitos marginalizados apenas sob termos que reforçam sua posição subordinada. Ao mesmo tempo, pesquisas também documentam formas de resistência prática: usuários trans relatam a criação de perfis coletivos e informativos como forma de driblar a transfobia nos apps (MILLER, 2015), enquanto grupos de pessoas vivendo com HIV têm usado hashtags como #UequalsU e #IndetectávelIntransmissível para reivindicar visibilidade positiva e combater a sorofobia digital (PREVENTION ACCESS CAMPAIGN, 2016; JOAQUIM, 2024).

No nível macropolítico, compreendemos que a luta contra a sorofobia digital não pode se limitar à ação individual ou às táticas improvisadas dos usuários. Políticas públicas de educação sexual crítica, campanhas de conscientização em larga escala e estratégias de prevenção combinada — como a ampliação do acesso à PrEP (profilaxia pré-exposição, uso contínuo de antirretrovirais antes de uma situação de risco) e à PEP (profilaxia pós-exposição, tratamento emergencial iniciado até 72 horas após uma exposição de risco), além do tratamento antirretroviral — são instrumentos centrais para ressignificar o HIV e enfrentar o estigma que persiste há mais de quatro décadas (PARKER; AGGLETON, 2002; BRASIL, 2017; UNAIDS, 2020). O campo da saúde, articulado com movimentos sociais e instituições educacionais, pode criar programas de sensibilização que tratem o HIV além de como uma condição clínica, mas como questão social atravessada por gênero, raça e classe.

Ao mesmo tempo, os próprios aplicativos de encontro não podem se eximir totalmente da responsabilidade. Embora iniciativas como o *Grindr for Equality* sejam um passo importante, ainda é insuficiente frente às práticas recorrentes de discriminação. As plataformas poderiam investir em mecanismos de denúncia mais eficazes, disponibilizar conteúdos educativos sobre HIV e diversidade, criar filtros que promovam a visibilidade de corpos dissidentes e firmar parcerias com organizações de saúde e direitos humanos para campanhas internas. A ausência de tais medidas reforça a naturalização da exclusão como “preferência pessoal”, quando, na verdade, trata-se de um problema estrutural e coletivo (GILLESPIE, 2018; BENJAMIN, 2019).

Ao deslocar a análise para além da esfera exclusivamente sexual, reconhecemos que o estigma digital incide não somente sobre a possibilidade de ser desejado, mas também sobre a capacidade de imaginar-se e ser reconhecido como sujeito digno de afeto, romance e cuidado. Como argumenta Berlant (2011), os afetos estruturam regimes de pertencimento e de reconhecimento social, definindo quem pode ser considerado digno de amor e quem permanece situado nas margens daquilo que é socialmente reconhecido como desejável. No caso dos aplicativos de encontro, a cisão entre sexo e amor não se apresenta de modo absoluto: para muitos sujeitos dissidentes, o ato sexual e a busca por vínculos afetivos coexistem como dimensões interdependentes

da experiência, de modo que a recusa erótica repercute também como recusa da possibilidade de amar e ser amado (PARKER, 2000). Negar a determinados corpos a possibilidade de vínculos afetivos configura, portanto, uma violência simbólica que extrapola a esfera erótica e atinge diretamente a saúde mental e o senso de dignidade (ZANELLO, 2020). Resistir, nesse contexto, é reivindicar a visibilidade sexual e o direito a existir plenamente na articulação entre sexo, afeto e amor, reposicionando os aplicativos de encontro como arenas possíveis de cuidado e vínculo, e não apenas de consumo corporal (AHMED, 2004; BUTLER, 2004).

A resistência, portanto, precisa ser mais que presença: precisa ser ruptura epistemológica, crítica radical e construção de novas formas de relação. O que está em disputa nos aplicativos não é apenas o desejo ou a visibilidade, mas o direito de existir politicamente como corpo dissidente, soropositivo, racializado e não-normativo. A subversão, nesses espaços, não acontece apenas quando se rompe com a regra, mas quando se insiste em permanecer como exceção viva, como erro no sistema, como presença que desestabiliza a lógica binária do *swipe*. Trata-se, como diria Butler (2004), de produzir condições para tornar a vida vivível — mesmo quando os algoritmos tentam negá-la.

Epistemologias corporificadas e a produção de saber sobre o HIV em territórios dissidentes

Neste ensaio, adota-se uma perspectiva feminista que reconhece que a sexualidade, o cuidado e o saber não são neutros nem universais, mas produzidos por corpos situados em relações de poder. A crítica aqui elaborada inscreve-se no campo das epistemologias feministas e antinormativas, que tensionaram os regimes de verdade estabelecidos por instituições biomédicas, jurídicas e tecnológicas. Ao deslocar o olhar para os afetos, as vivências e os silenciamentos cotidianos, buscamos reafirmar que os saberes produzidos por pessoas historicamente marginalizadas — mulheres, pessoas trans, pessoas negras, soropositivas e dissidentes — não são complementares à teoria: eles são a própria possibilidade de reinvenção radical do que conta como conhecimento.

A produção de saber sobre o HIV/AIDS, especialmente em contextos marcados pela sorofobia, pela racialização da sexualidade e pela regulação digital dos corpos, não pode se limitar à análise dos discursos biomédicos, das políticas públicas ou das tecnologias digitais (PARKER; AGGLETON, 2002; TREICHLER, 1999). É necessário reconhecer que os próprios sujeitos dissidentes — pessoas vivendo com HIV, corpos trans, não brancos, periféricos e afetivamente desobedientes — são também produtores de saber, de linguagem e de política (COLLINS, 2019; ZANELLO, 2020). Essa perspectiva ancora-se no conceito de **epistemologias corporificadas**, entendido como recurso teórico, e também, como categoria metodológica que orienta esta investigação implicando considerar os corpos como lócus de produção de conhecimento situado,

político e afetivo (HARAWAY, 1988; HARDING, 1991), de modo que as narrativas e práticas desses sujeitos não sejam tomadas como meras “ilustrações” empíricas, mas como fundamentos epistêmicos capazes de tensionar as hierarquias clássicas do saber (COLLINS, 2000; COLLINS, 2019). Ao reivindicar a experiência como território de produção de conhecimento, este ensaio adota as epistemologias corporificadas como estratégia metodológica que legitima as vozes dissidentes e desloca o campo da sexualidade da tutela biomédica para a insurgência crítica (PRECIADO, 2010; BENJAMIN, 2019).

Como argumenta Patricia Hill Collins (2019), a vivência dos corpos marcados pela interseccionalidade de opressões — como gênero, raça, classe, sexualidade e sorologia — produz uma consciência crítica situada, capaz de gerar teoria a partir da dor, da exclusão e da luta cotidiana. No campo do HIV, isso significa reconhecer que há epistemologias insurgentes sendo formuladas nas margens: em vídeos de influenciadores soropositivos, em perfis que rompem com a linguagem da assepsia digital, em coletivos que reconfiguram o cuidado como prática comunitária. Essas formas de saber questionam o discurso dominante da prevenção como escolha individual e propõem outras narrativas sobre o prazer, o risco e a dignidade. Como aponta Zanello (2020), o sofrimento psíquico nesses contextos não é fracasso individual, mas efeito de dispositivos de controle que silenciam e deslegitimam subjetividades.

A invisibilização dessas epistemologias dissidentes se conecta à crítica decolonial ao monopólio ocidental do conhecimento. Ruha Benjamin (2019) e Safiya Noble (2018) argumentam que os sistemas tecnológicos — como os algoritmos de recomendação, os filtros de busca e as plataformas de encontro — refletem desigualdades históricas e impedem que certos saberes circulem, ao considerá-los indesejáveis, ilegítimos ou perigosos. No caso do HIV, isso se traduz na dificuldade de acesso a narrativas não biomédicas sobre o viver com o vírus, nas práticas de censura indireta a corpos racializados e na marginalização de vozes que não performam o discurso do autocuidado neoliberal.

Essa crítica também está presente no trabalho de Haraway (1988), quando defende a ampliação das epistemologias feministas para além da racionalidade ocidental e da centralidade humana. Para as autoras, desestabilizar o lugar do saber como dom exclusivo de instituições, homens brancos, especialistas e acadêmicos é um gesto político e metodológico. Ao incluir saberes encarnados, cotidianos, afetivos e desobedientes, abrem-se brechas para pensar o HIV/AIDS não como dado objetivo, mas como campo relacional, marcado por silenciamentos e reinvenções. Nesse sentido, a presença afirmativa de corpos dissidentes nas plataformas de encontro não é apenas resistência, mas também produção ativa de conhecimento situado — que desafia, reconfigura e ressignifica o campo da sexualidade.

Haraway (1991), ao propor o “conhecimento situado”, já afirmava que toda produção de saber é corporificada, parcial e politicamente posicionada. Ao nos aliarmos a essa perspectiva, compreendemos que as experiências de viver com HIV nos apps, os silêncios impostos pelos algoritmos e as contra-performances insurgentes são também formas de saber que precisam ser ouvidas, citadas e legitimadas no campo

acadêmico. O que essas experiências mostram, sobretudo, é que o risco não está apenas nos corpos, mas nos sistemas que recusam ouvi-los. A episteme algorítmica filtra a dor — mas a dor ainda fala, mesmo que aos gritos.

Por isso, incluir essas epistemologias dissidentes nos estudos sobre HIV, aplicativos e sexualidade não é um gesto complementar, mas estrutural. Significa, como propõe Preciado (2010), abrir espaço para uma nova gramática política do corpo e do desejo, que desafia os binarismos entre saber e experiência, entre teoria e vivência, entre público e íntimo. Significa, também, complexificar o debate sobre prevenção, visibilidade e política sexual em tempos de tecnogovernança algorítmica, ampliando o campo da crítica e da escuta. Trata-se, enfim, de reconhecer que não há política sexual radical sem epistemologia encarnada — e que o corpo que insiste em viver também pensa, escreve, ensina e transforma.

Considerações finais

Neste ensaio, buscamos responder à questão: de que maneira os aplicativos de encontro, ao operarem por meio de lógicas algorítmicas de classificação e visibilidade, reconfiguram as experiências afetivo-sexuais, regulando sexualidades dissidentes, produzindo normatividades e exclusões algorítmicas, especialmente sobre pessoas vivendo com HIV? Para responder a essa questão, estabelecemos o objetivo de discutir criticamente os aplicativos de encontros, limitando ao Grindr, Hornet e Tinder, como dispositivos tecnopolíticos de governo da sexualidade, que regulam o desejo, silenciam saberes dissidentes e atualizam estigmas sorológicos sob a estética da autonomia

A discussão aqui proposta apontou que tais plataformas funcionam como dispositivos tecnopolíticos de governo da sexualidade, articulando biopoder, necropolítica e performatividade para hierarquizar corpos, afetos e existências. Casos concretos ilustram esse processo: até 2020, o Grindr mantinha filtros de “raça/etnia” que reforçavam exclusões raciais (MCCABE, 2020); pesquisas documentam como homens negros e asiáticos sofrem marginalização ou fetichização em perfis online (CALLANDER; HOLT; NEWMAN, 2016); pessoas vivendo com HIV são rejeitadas em perfis com frases como “negativo com laudo” (RACE, 2018); e usuários trans enfrentam tanto rejeições explícitas quanto exclusões automáticas de seus perfis (MILLER, 2015). Ao mesmo tempo, emergem iniciativas que tensionam essas lógicas: o Grindr for Equality promove campanhas de conscientização sobre HIV e diversidade; mobilizações como #SoropositivoComOrgulho ressignificam a soropositividade; e coletivos como o Amem, de homens trans no Brasil, criam guias e narrativas afirmativas de enfrentamento (UNAIDS, 2020; AMEM, 2019). Esses exemplos demonstram que os aplicativos são, simultaneamente, arenas de reprodução da estigmatização e espaços de resistência e fabulação crítica.

Através do gesto banal do *swipe*, dos filtros de preferência e das lógicas algorítmicas de visibilidade, reencenam-se práticas de exclusão estrutural sob a

aparência da escolha pessoal — o que configura, como defendem Ahmed (2004) e Butler (2004), uma forma de violência simbólica repetida, normatizada e estetizada.

Retomando autores como Foucault (1976) e Mbembe (2011), o artigo apontou que, ao transformarem risco, sorologia e dissidência em critérios de seleção e bloqueio, os apps de encontro Grindr, Hornet e Tinder atualizam lógicas necropolíticas travestidas de neutralidade tecnológica. Esse funcionamento reflete estigmas preexistentes e os intensifica por meio da programação algorítmica, automatizando formas de rejeição que impactam diretamente a subjetividade e a saúde mental de quem vive nas bordas da norma (ZANELLO, 2020; BERLANT, 2011).

No entanto, esses dispositivos também são tensionados por práticas de resistência e reexistência. Exemplos disso incluem perfis que afirmam explicitamente a soropositividade indetectável como estratégia de visibilidade positiva (#UequalsU) (PREVENTION ACCESS CAMPAIGN, 2016), coletivos trans que compartilham guias de uso seguro dos apps (JOAQUIM, 2024), e campanhas digitais contra gordofobia e racismo em plataformas de encontro (PEREIRA, 2019). A presença de corpos soropositivos, trans, negros, gordos e dissidentes que performam outras formas de desejo e visibilidade nos apps reconfigura os regimes de sensibilidade afetiva, operando o que Rancière (2009) chamou de dissenso.

Esses sujeitos não apenas resistem — produzem saberes. Ao afirmar as experiências vividas como território epistêmico legítimo, aproximamo-nos do que Collins (2019) denomina pensamento feminista negro e do que Haraway (1988) identificam como epistemologias corporificadas, que rompem com a tradição moderna, abstrata e despolitizada do saber acadêmico.

Nesse sentido, o artigo amplia a discussão dos aplicativos para além da crítica técnica ou discursiva, propondo uma leitura epistêmica e situada da sexualidade digital. Reafirma-se, com Haraway (1991), que todo conhecimento é encarnado e posicionado — e, portanto, escutar os corpos silenciados pelos algoritmos não é um gesto complementar, mas estrutural. Ouvir os saberes das margens é reconfigurar o campo da política sexual, do cuidado e da produção científica em tempos de tecnogovernança.

Como limitação, reconhece-se a ausência de investigação empírica direta, seja por meio de observação digital sistemática, análise de dados das plataformas ou entrevistas com usuários. Esta escolha metodológica situa o artigo no campo dos ensaios teórico-críticos, priorizando a problematização conceitual e a articulação de referenciais interdisciplinares. No entanto, futuros estudos poderiam expandir essa análise por meio de etnografias digitais, mapeamentos de hashtags e interações, ou ainda pesquisas qualitativas com pessoas vivendo com HIV, corpos trans, negros e gordos que utilizam os aplicativos. Tais abordagens permitiriam examinar em detalhe como as dinâmicas de exclusão e resistência se manifestam no cotidiano das plataformas, oferecendo material empírico que complemente e tensione a crítica aqui proposta (HINE, 2015; MARRES, 2017).

Os aplicativos de encontro Grindr, Hornet e Tinder, embora se apresentem como ferramentas neutras de conexão, são profundamente atravessados por lógicas

de exclusão, regulação e silenciamento algorítmico. No entanto, esse mesmo ambiente abriga formas de vida e de saber que desafiam a ordem algorítmica e fabulam outras políticas do corpo, do prazer e da existência. A contribuição deste artigo está em propor uma articulação entre saúde, subjetividade, tecnologia e dissidência — construindo uma crítica que é também política, sensível e comprometida com a transformação. Em tempos de apagamento automatizado, citar os corpos que vivem, saber com eles e escrever com suas dores é afirmar que nem todo dado se deixa governar, e que toda existência que insiste também ensina.

Referências Bibliográficas

AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. London: Routledge, 2004.

AHMED, Sara. *A política cultural da emoção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

AMEM – COLETIVO DE HOMENS TRANS E PESSOAS TRANSMASCULINAS. *Manifesto Amem: visibilidade e resistência trans*. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoamem/>. Acesso em: 23 set. 2025.

BENJAMIN, Ruha. *Raça e tecnologia: um guia para o século XXI*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BERLANT, Lauren. *Cruel optimism*. Durham: Duke University Press, 2011.}

BONILLA, Luis; ROSARIO, Carlos. HIV, stigma and digital cultures: fetishizing risk on gay dating apps. *Journal of Homosexuality*, v. 67, n. 12, p. 1631–1648, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Prevenção combinada do HIV e outras ISTs*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/hiv-aids/prevencao-combinada>. Acesso em: 23 set. 2025.

BUCHER, Taina. *If... then: algorithmic power and politics*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. *Desfazendo o gênero*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2004.

CALLANDER, Denton; HOLT, Martin; NEWMAN, Christy. Just a preference: racialised language in gay men's online personal ads. *Culture, Health & Sexuality*, v. 18, n. 10, p. 1206–1219, 2016.

CHUN, Wendy Hui Kyong. *Updating to remain the same: habitual new media*. Cambridge: MIT Press, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

DAVID, Gary; CAMBRE, Carolina. Screened intimacies: Tinder and the swipe logic. *Social Media + Society*, v. 2, n. 2, p. 1–11, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

GILL, Rosalind. Postfeminism and the new cultural life of neoliberalism. In: YOUNG, Iris Marion (ed.). *New Feminist Strategies*. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 147–169.

GILLESPIE, Tarleton. *Custodians of the internet: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. New Haven: Yale University Press, 2018.

GOFFMAN, Erving. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.

HARAWAY, Donna. *Ciência, ciborgues e mulheres: a reinvenção da natureza*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988.

HARDING, Sandra. *Whose science? Whose knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HEREK, Gregory. AIDS and stigma. *American Behavioral Scientist*, v. 42, n. 7, p. 1106–1116, 1999.

HEREK, Gregory. Thinking about AIDS and stigma: a psychologist's perspective. *Journal of Law, Medicine & Ethics*, v. 30, n. 4, p. 594–607, 2002.

JOAQUIM, José Sterza. Sorofobia relacionada ao HIV e à Aids: o que se debate nas redes sociais digitais no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 5, p. 1665–1674, 2024.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206–242.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 363–385, 2001

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2011.

McCABE, David. Grindr will remove ethnicity filter. *The New York Times*, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/08/technology/grindr-race-filter.html>. Acesso em: 23 set. 2025.

MILLER, Brian. “They’re the modern-day gay bar”: exploring the uses and gratifications of social networks for men who have sex with men. *Computers in Human Behavior*, v. 51, p. 476–482, 2015.

MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online*. São Paulo: Ubu, 2017.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York University Press, 2018.

PARKER, Richard. *Políticas, instituições e AIDS: enfrentando uma epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

PARKER, Richard. O Brasil e a terceira epidemia: HIV/AIDS, pobreza e políticas públicas. In: PARKER, Richard (org.). *Políticas, instituições e AIDS: enfrentando uma epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 45–65.

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. HIV and AIDS-related stigma and discrimination: a conceptual framework and implications for action. *Social Science & Medicine*, v. 57, n. 1, p. 13–24, 2003.

PEREIRA, Carlos. Diversidade como estratégia de marketing: limites e contradições da inclusão corporativa. *Cadernos Pagu*, n. 57, p. 1–28, 2019.

PREVENTION ACCESS CAMPAIGN. *Undetectable = Untransmittable (U=U)*. 2016. Disponível em: <https://preventionaccess.org>. Acesso em: 23 set. 2025.

PRECIADO, Paul B. *Pornotopia: an essay on Playboy’s architecture and biopolitics*. New York: Zone Books, 2008.

PRECIADO, Paul B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2010.

RACE, Kane. *The gay science: intimate experiments with the problem of HIV*. London: Routledge, 2018.

ROSE, Nikolas. *The politics of life itself: biomedicine, power, and subjectivity in the twenty-first century*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

SEAVER, Nick. Algorithms as culture: some tactics for the ethnography of algorithmic systems. *Big Data & Society*, v. 4, n. 2, p. 1-12, 2017.

SPADE, Dean. *Normal life: administrative violence, critical trans politics, and the limits of law*. Durham: Duke University Press, 2011.

TGEU – TRANSGENDER EUROPE. *Trans rights and digital safety guidelines*. Berlim: TGEU, 2021. Disponível em: <https://tgeu.org/>. Acesso em: 23 set. 2025.

TREICHLER, Paula. *How to have theory in an epidemic: cultural chronicles of AIDS*. Durham: Duke University Press, 1999.

UNAIDS. *Zero Discrimination Day: mobilizing against stigma and discrimination*. Genebra: UNAIDS, 2020. Disponível em: <https://www.unaids.org/en/zerodiscrimination>. Acesso em: 23 set. 2025.

UNAIDS. *PrEP e PEP: estratégias de prevenção combinada*. Genebra: UNAIDS, 2020. Disponível em: <https://unaids.org.br/>. Acesso em: 23 set. 2025.

VAN DIJCK, José. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Petrópolis: Vozes, 2020.